



AMEAÇA

A dívida de R\$ 1,5 bilhão

Um terço de tudo o que o Estado arrecada ao longo de um ano pode ir parar na conta da Construtora Andrade Gutierrez. Alegando não ter sido paga pelo que fez na PA-150, a empresa recorreu à justiça para receber do Estado 1,5 bilhão de reais, na maior cobrança que uma empresa privada já fez do governo em todos os tempos. O caso é explosivo. Bem que merecia uma CPI. Talvez ela pudesse abrir a caixa preta da PA-150, um sorvedouro de dinheiro público.

Se vencer uma ação que propôs contra o Estado exatamente 10 anos atrás, a Construtora Andrade Gutierrez, de Minas Gerais, uma das maiores empreiteiras do país, poderá se credenciar a receber 1,5 bilhão de reais dos cofres públicos paraenses. Seria o equivalente a um terço da arrecadação do Estado prevista

**JATENE
VAI SER
CASSADO?**

(Pág. 3)

para este ano e do tamanho de toda a dívida mobiliária paraense. Para obrigar o governo a pagá-la, a justiça estadual teria que expedir o maior precatório requisitório de toda a sua história, em atendimento à maior cobrança já feita ao poder público no Estado por uma entidade privada.

A empresa quer ser indenizada pelos serviços que prestou, sem receber o pagamento devido, durante a reconstrução de mil quilômetros da PA-150 e estradas complementares, que ligam Belém ao sul do Estado. O governo, através da sua Procuradoria Geral, não negando que parte do pagamento atrasou sem ter sido quitada, alega que o valor da cobrança foi superdimensionado, os serviços executados não corresponderam às exigências contratuais, houve fraudes na verificação das obras e, no final das contas, quando a empresa foi atrás dos seus direitos, eles já haviam prescrito. Não podia mais se habilitar ao recebimento porque seu crédito havia caducado.

Com 10 anos de tramitação e centenas de páginas, os autos do processo contêm matéria explosiva. Em vários momentos, o representante do Estado acusa magistrados que atuaram na questão, entre juízes e desembargador, de não agirem conforme as normas legais, não serem imparciais ou terem comportamento dúbio, mas sempre em favor da empresa. Depois de ter vencido no primeiro exame de mérito da demanda, no juízo singular, a Procuradoria Geral não parou de perder, tanto na instância inferior quanto no segundo grau. Há grande probabilidade de que, na esfera do Tribunal de Justiça do Estado, o governo perca definitivamente a disputa. Restará o apelo a Brasília.

O enredo desse contencioso é grave. A Andrade Gutierrez foi contratada, entre 1985 e 1986 (no governo Jader Barbalho), para refazer a PA-150, uma estrada que mais se parece à teia de Penélope, heroína da mitologia grega, que era tecida de dia e desfeita à noite. A PA-150 já foi inaugurada umas tantas vezes para, em outras tantas, ser refeita, sem nunca apresentar as qualidades de durabilidade e boa trafegabilidade. Parece ser sempre uma eterna obra em progresso (ou regresso), nunca ficando pronta e acabada.

O serviço da Andrade Gutierrez, bem ou mal feito, por inteiro ou parcialmente, foi recebido pelo Estado. As primeiras parcelas foram pagas no tempo acertado. Depois começaram os atrasos. Quando o atraso se tornou tal que ameaçava de prescrição (isto é, perda do direito de cobrança da dívida), o Estado, em 1990 (já na administração Hélio Gueiros), assinou a confissão dessa dívida.

Valendo-se dessa confissão, que teria interrompido o prazo prescricional e lhe devolvido o direito de cobrança, em 1993 a empresa mineira acionou o Estado. A Procuradoria não só contestou o valor

apontado (de 370 milhões de dólares numa avaliação e, em outra, em 1995, de US\$ 700 milhões, já na gestão Almir Gabriel, quando começou a reação oficial), como sustentou que ocorreu a prescrição.

A então juíza da 14ª vara cível do fórum de Belém, Marta Inês Antunes, hoje desembargadora, reconheceu a alegação do Estado, dando-lhe ganho de causa e mandando arquivar o processo. A Andrade Gutierrez recorreu. Mas Marta não pôde mais julgar o recurso por ter sido convocada para atuar nas câmaras do TJE. O processo foi para a 21ª vara, que também trata das ações de interesse da fazenda pública. Depois de declarar-se impedida de atuar no feito, a juíza Rosileide Barros acabou aceitando-o e deu sentença exatamente oposta à da titular da 14ª vara, em favor da empresa. O Estado reagiu arguindo a suspeição de Rosileide.

Na sustentação da exceção, a Procuradoria do Estado alegou que a juíza decidiu, em apenas 11 dias, processo que vinha sendo instruído nos oito anos anteriores, mudando por completo o entendimento manifestado pela julgadora anterior. Sequer ouviu o próprio representante do poder público, numa demanda envolvendo "quantia astronômica", danosa ao erário.

Episódios semelhantes viriam a ocorrer em novos incidentes processuais, tanto no juízo de primeiro grau quanto na instância superior, do TJE, quando foi submetido à relatoria do desembargador João Alberto Paiva (atualmente aposentado), levando a Procuradoria a afirmar que os autos andam "por aléias estranhas" e a submeter à corte estadual as "censuráveis e desusadas práticas adotadas neste feito".

A empresa obteve importantes e surpreendentes vitórias na demanda, mas o Estado não esgotou todas as possibilidades de recurso. A tramitação do processo ainda não está no ponto de ameaçar o Pará com o imediato e brutal descaixe do tesouro estadual apontado pela Procuradoria. Mas seria importante, à margem da litigância judicial, que o poder legislativo, atento a esse caso escabroso, instalasse uma CPI para apurar o custo da PA-150 e os direitos da Construtora Andrade Gutierrez. Talvez assim se abrisse adequadamente uma das mais nefandas caixas pretas da história republicana do Pará: esse sorvedouro de dinheiro (e de procedimentos questionáveis) em que se tornou a PA-150. Com a palavra, os deputados interessados em tirar essa nódoa lesiva ao Pará.

Números

Sempre atento e prestativo, o geólogo Alberto Rogério manda dados para atualizar a matéria sobre o manganês (ver JP 302). Mostra ele, com base em informações do DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral), que a produção de manganês do Amapá foi de 68,7 milhões de toneladas ao longo da exploração realizada pela Icomi.

Enquanto o U.S. Geological Survey (o serviço geológico americano), em seus *Mineral Commodity Summaries*, de janeiro deste ano, prevê que a produção brasileira de manganês deste ano será de 1,5 milhão de toneladas, a Companhia Vale do Rio Doce espera 1,75 milhão. Com isso, observa Rogério, o Brasil passa a ser o primeiro produtor mundial, superando a África do Sul (1,3 milhão de toneladas). A produção mundial é de 7,6 milhões de t, com o Brasil respondendo por cerca de 20%.

Ainda segundo os sumários do serviço geológico dos EUA, as reservas conhecidas do

Brasil são de 25 milhões e as da África do Sul, 18 milhões de toneladas. A maior reserva

é da Ucrânia (140 milhões de toneladas). As reservas totais conhecidas do mundo são de 300 milhões de toneladas. Já as reservas estimadas mundiais somam 5 bilhões de toneladas, sendo as da África do Sul de 4 bilhões.

Seja por um ou outro número, com divergências de fontes, permanece a constatação fundamental da matéria: o Brasil incrementa (às vezes lesivamente) a produção de um bem com preço desvalorizado, sobretudo pela manobra dos donos de mercado, através da redução do produto a *commodity*, rebaixada de valor pelas manobras dos poderosos cartéis. Comprometemos nossas riquezas naturais por uma remuneração que já não tem nem mesmo a grandeza da banana.

Jatene: cassação é um risco real?

É real a possibilidade de cassação do mandato do governador Simão Jatene? A dúvida voltou a circular na opinião pública depois que *O Liberal* noticiou, com destaque, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de rejeitar, por unanimidade (7 a 0), os embargos apresentados pelos defensores do governador contra a cassação do seu mandato. A notícia era confusa e tendenciosa, mas dava a impressão de que a sorte de Jatene estava selada. Não só a dele, mas também a dos governadores de Roraima, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A tendência que o Tribunal Superior Eleitoral deverá seguir na apreciação dos três casos, prontos para serem levados a julgamento, seria apontada quando a corte vier a decidir sobre o destino de Joaquim Roriz, cujo processo está na frente dos demais.

Fontes de dentro da corte consideram que, tecnicamente, os três governadores estão com suas cabeças colocadas sob a lâmina da guilhotina. Se ela não descer, essa decisão seria mais política do que técnica. Nos autos estaria comprovado o uso da máquina pública pelos antecessores dos três ou por eles mesmos, no caso de Roriz e Zeca do PT, para suas eleições. Mas defensores de Jatene ficaram mais tranquilos depois que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, não endossou a denúncia contra o governador paraense.

O chefe do Ministério Público Federal parece não se ter deixado convencer pelas provas materiais juntadas pela denúncia local nos autos, indicando a promiscuidade entre a máquina do Estado e a do candidato oficial. A denúncia sustenta que funcionários públicos estaduais, a começar pelo chefe de todos eles, o governador do Estado, participaram da campanha eleitoral de Jatene. Algumas provas parecem sugerir que a pergunta cabível não é sobre o claro crime eleitoral, mas sobre a negligência do governo na movimentação em favor do seu candidato. Impressões digitais foram deixadas à larga. Bastou coletá-las na denúncia.

É claro que em outras eleições houve promiscuidade semelhante, ou até maior. A novidade está mais por conta do grau dessa promiscuidade agora,

sem paralelo no passado recente (ou ao menos nos intervalos de democracia na nossa república). A responsabilidade por esse massivo emprego da máquina pública deve ser creditada ao ex-governador Almir Gabriel, já condenado em um dos processos, do qual Jatene foi excluído. Imperialmente, ignorando a todos, inclusive a alguns assessores, Almir impôs o nome de um candidato que, além de ser neófito em política, desembarcando de pára-quedas no topo do poder, desempenhara até então um papel na administração estadual contrário ao jogo político, como um guardião do absolutismo do executivo sobre os demais poderes.

Talvez se o então governador tivesse desde cedo preparado seu delfim e exercido através dele poder de atração e aglutinação de forças, Simão Jatene tivesse conseguido se eleger com mais folga e não precisaria de recursos tão excepcionalmente perigosos que acabariam por lançar uma grande ameaça sobre seu futuro mandato. Impondo ditatorialmente, de cima para baixo, o nome de um candidato que tirou do colete à última hora, Almir Gabriel sujeitou o triunfo do seu ex-secretário a ser mais uma vitória de Pirro.

Essa ameaça também está prejudicando a condução dos negócios públicos no Pará. Se a cassação de Jatene for decidida pelo TSE, será preciso realizar novas eleições. Até que elas ocorram, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Mário Couto, será o governador interino. Certamente ele plantará alguma semente de poder ao longo desses 90 dias para colher durante ou depois da interinidade. Encerrada mais uma campanha eleitoral, quem for ungido pelas urnas terá que dar início a um mandato encurtado de um quarto do seu tempo regular de duração.

A punição poderá ser coerente com os atos de uma administração pública que se dispôs a jogar pesado (e perigosamente) para conseguir o que seria inatingível pelos meios regulares e legais, invertendo, em poucos meses, uma situação que parecia inteiramente desfavorável ao candidato pessoal de sua excelência o governador, *el supremo*. Mas será um castigo imerecido para o Estado. Talvez até para o candidato.

Burocracia

Música e Músicos do Pará é obra para honrar qualquer Estado brasileiro. Trata-se de um completo levantamento, em forma enciclopédica, mas também analítico, de toda a produção musical feita no Estado, das origens até o último harpejo. Um trabalho que alia a minudência de um relojoeiro à acuidade paciente de um enxadrista. Publicado pela primeira vez em 1970, *Música e Músicos do Pará* está com sua segunda edição, revista, ampliada e atualizada, prontinha para ser publicada. O volume deveria ter sido impresso em 1999 pela Secretaria de Cultura do Estado. Deveria.

Depois de mais de três anos de espera, Vicente Salles, o autor do livro, imprimiu em computador, às suas custas, 10 exemplares de sua obra preciosa e mandou os volumes para algumas bibliotecas públicas. Até o final do ano pretende editar outros 10 exemplares. Como um dos beneficiados pela generosidade de Vicente, sinto-me honrado pelo privilégio de poder ler em primeira mão uma obra que analisei e critiquei mais de 30 anos atrás (foi, aliás, a ponte para nos conhecermos e firmarmos uma amizade que me tem sido enormemente proveitosa).

Fico também feliz por ver que Vicente não apenas se manteve em dia com a produção musical paraense (o que faz de Brasília com admirável atenção, inexistente em Belém mesmo), absorvendo-a sem qualquer preconceito, por inteira, como melhorou – e muito – o que já constava da primeira edição.

Como explicar a incúria da Secult diante de um trabalho de nível nacional, com qualidade suficiente para ser apresentado em qualquer lugar do mundo? Por que deixar para a seara do incerto e não sabido uma obra que dignifica a cultura paraense?

A Comissão Editorial da Secult aprovou a publicação do livro para 1999, mas a prioridade acabou sendo transferida para o ano seguinte. Desde então, explicações e protelações se sucederam, só o livro é que continuou em algum escaninho de supina insensibilidade burocrática.

A Secult, com essa atitude, não está diminuindo um milímetro da estatura intelectual de Vicente Salles. Está revelando seu próprio tamanho, liliputeano. E cometendo um crime de lesão à cultura paraense.

Os rumos definidos do Pará colonial

Tal como está formulada, a reforma tributária proposta ao legislativo pelo governo federal inviabilizará a administração pública estadual no Pará. Reagindo a uma ameaça letal, o governador Simão Jatene propôs modificação no projeto-de-lei para que as perdas na receita de impostos, causadas pela desoneração das exportações, sejam compensadas através de um fundo, restabelecendo a capacidade de gestão do executivo paraense.

Essa compensação irá restabelecer a atual situação, com uma ligeira melhoria em relação à deterioração contínua da receita interna em contraste com o crescimento da renda que o Pará produz em favor de um grupo de atividades produtivas selecionadas. Mas não corrigirá o rumo que o Estado seguiu, por imposição de fora: se tornar um centro de produção de matérias primas e insumos básicos voltados para a exportação, condenado a ter relações de troca desfavorecidas. O lema desse modelo é: crescer para se subdesenvolver.

A raiz do problema está no baixo valor agregado dos produtos paraenses de exportação. É uma insuficiência bem mais grave do que a nacional porque o peso das exportações é 2,5 vezes maior na economia paraense do que na economia brasileira. A participação do Pará no saldo líquido de dívidas do país cresce paralelamente a dois fatos que lhe estão associados: a redução – em termos quantitativos e qualitativos – da participação do Estado na balança comercial e o encolhimento, que já alcançou o padrão de um faquir, das importações do Estado.

Se a fase das importações excessivas que o Brasil fez ao longo da década de 90 (de 21 bilhões de dólares em 1991, elas cresceram para mais do que o dobro – ou US\$ 50 bilhões – ao ano em 1995 e US\$ 56 bilhões em 2000) serviu para impulsionar o processo de industrialização do país, proporcionando o incremento das exportações e saldo significativo na balança comercial brasileira desde 2001, esse benefício não alcançou o Pará. Muito pelo contrário. De sétimo maior exportador da federação ao longo de toda a década de 90, o Pará desceu para o 8º lugar em 2001 e a 9ª posição no ano passado. Nesse período, passou de 4º Estado em saldo de divisas para a 2ª posição em 2000, superado apenas por Minas Gerais. No entanto, voltou para o 4º lugar em 2000 e caiu para o 5º posto no ano passado. Já no capítulo das importações, do 11º lugar no conjunto dos Estados em 1991, o Pará desceu para a 15ª posição em 2000, mantendo-se nesse patamar nos dois primeiros anos desta década.

Tradução desses números: o Estado tem adotado uma dieta magra demais para importações, ressentindo-se dos benefícios que uma relação comercial externa bem balanceada lhe poderia oferecer. A condição do seu organismo econômico é agravada pela queda do valor relativo dos seus produtos e por um comércio exterior desorganizado, sem uma diretriz pública (ou, quando existente, insatisfatória). O valor das importações em 2002 esteve um pouco acima de 10% do valor das exportações (US\$ 243 milhões contra US\$ 2,26 bilhões), com um saldo de divisas de US\$ 2 bilhões.

Santa Catarina, o Estado que está logo acima do Pará, ocupando a quarta posição por saldo de divisas (de US\$ 2,2 bilhões), é o sexto em volume de exportações (de US\$ 3,1 bilhões), bem mais distanciado do Pará nesse item. O oitavo maior exportador brasileiro (um degrau na frente do Pará), a Bahia, vende ao exterior US\$ 2,4 bilhões, mas é só o oitavo em saldo de divisas (de US\$ 521 milhões). Mas a Bahia importou, em 2002, US\$ 1,8 bilhão, quase oito vezes mais do que o Pará.

Esses números mostram que só compensar o Estado pelo fato de que a União isenta os exportadores de impostos (e vai mais longe: dá-lhes crédito por conta do imposto que não pagaram), não será suficiente para corrigir os rumos que o Estado foi obrigado a seguir, por norma do mesmo governo federal, no rumo de uma função claramente colonial. É preciso quebrar a espinha dorsal desse modelo de enclaves econômicos (e sociais e culturais), que funcionam como bombas de sucção de riquezas naturais não-elaboradas, sem capacidade de irrigação das veias produtivas estaduais.

Nos últimos 12 anos, em números aproximados, o Pará exportou US\$ 27 bilhões, importou US\$ 3 bilhões e deixou nos cofres do Banco Central 24 bilhões de dólares líquidos. O comprador ganhou bastante com essas relações comerciais: recebeu bens de baixo valor e transformou-os em mercadorias de valor multiplicado para vender. Os exportadores ganharam menos, mas os que puderam compensar eventuais desvantagens com subsídios governamentais também ganharam muito. Quem ganhou menos, ganhando pouco, quando ganhou, foi o Pará.

A verticalização econômica, portanto, tem que sair da oratória e do ora-veja. Sem o que o Pará estará condenado a ser uma vasta colônia, nacional e internacional.

Aviso

Razões de força maior provocaram tal atraso nesta edição que ela se tornou mensal, passando a abranger a primeira e a segunda semanas de junho. Espero que o jornal volte à sua periodicidade regular no próximo número.

Balangandã

Na mesma semana, enquanto a revista *Veja* ensina em matéria de capa como se manter jovem, a revista *Época* apresenta, também na capa, a fórmula para deixar de fumar, e a revista *Istoé* fornece o tratamento para o coração.

Para qual delas deve ser dado o Troféu Almanaque Capivarol? Quem não vencer levará, como consolo, *O mínimo eu*, livro de Christopher Lasch. Mínimo mesmo.

Correção

Uma correção: Roraima se tornou território federal, em 1943, com a denominação de Rio Branco (o nome do rio que domina boa parte de suas terras) e não Boa Vista (que é sua capital). Aproveito o lapso para registrar meu lamento pelo descaso com que o agora Estado tem sido tratado.

Roraima é a mais completa e, de certa forma, mais bonita unidade federativa da Amazônia, com suas paisagens de florestas, campos naturais e montanhas. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) diz que é também o Estado mais antiíndio do país. Com sua contrafação: é o que mais possui áreas indígenas. Uma realidade talvez explicando a outra. É também o menos conhecido de todos, daí a imperícia com que tem sido tratado pela administração federal. No vácuo, tem sido entregue à gestão de espertos e despreparados.

Já está na hora de Brasília assumir um compromisso decidido com um plano de desenvolvimento capaz de preservar Roraima da ação predadora que marcou a expansão da fronteira em outras áreas amazônicas e não deixar que o Estado continue a ser vítima de aventureiros. Seria a quitação de uma longa dívida do país com sua mais setentrional unidade federativa.

A escola de minas e a visão caolha

A Escola de Minas do Pará, uma luta de vários anos, que parecia finalmente estar se materializando, foi atropelada por um mal-entendido, se não por uma má-fé. Dentro do *campus* da Universidade Federal do Pará em Marabá surgiu uma tonitruante reação ao projeto, subitamente transformado numa ameaça. Ameaça, em primeiro lugar, ao que restaria de reserva florestal nativa no perímetro urbano, fortemente castigado por uma ocupação caótica e uma ação governamental irracional ou incompetente. Em segundo lugar, ameaça à expansão futura do *campus*. Em terceiro lugar, à própria autonomia universitária, que estaria sendo usada para servir a interesses empresariais.

A reação mereceu tal destaque na grande imprensa de Belém que o líder do movimento, professor José Pedro de Azevedo, veio a Belém, falou grosso diante do reitor da UFPA e pode ter provocado um recuo na execução do convênio com a Companhia Vale do Rio Doce, que daria o primeiro passo para a verdadeira Escola de Minas com um curso de especialização, ao custo de 1,3 milhão de reais.

A plataforma da campanha tem retórica simpática ou fascinante, mas é oca. Mais do que isso: está completamente equivocada. Revela o despreparo de certa vanguarda, ao menos a que se declara vanguarda, para tratar adequadamente temas de linha de frente na história da região.

O convênio UFPA/CVRD foi colocado em dúvida. A empresa estaria utilizando a universidade para ter seu centro de formação de mão-de-obra, atendendo apenas a seus interesses. É evidente que haverá benefícios para a Vale, ou ela não estaria colocando seu dinheiro no projeto. Mas se ele correspondesse apenas a seus interesses, a empresa já o teria implantado a mais tempo e não teria resistido tanto aos argumentos em favor da Escola de Minas. A reivindicação, de vários anos, encontrou, até recentemente, uma barreira de reação ou indiferença na CVRD.

A empresa mudou. Em parte porque, agora, sua necessidade de mão-de-obra é maior. Mas também porque cresceu a pressão social, enquanto se agrava a contradição: segundo Estado minerador do país, em vias de deslocar Minas Gerais da liderança, o Pará permanecia à margem da qualificação de técnicos em seu próprio território e da formação de uma cultura da mineração, sem a qual não poderá formar massa crítica, interlocutores e opinião crítica sobre um segmento vital da sua economia, hoje e (ainda mais) amanhã.

A primeira escola de minas do Brasil foi criada em Ouro Preto, pela inspiração iluminista do imperador Pedro II e de um sábio francês, 130 anos atrás, apenas dois anos depois da primeira escola de engenharia, que surgiu na Politécnica do Rio de Janeiro. O Pará faz mineração (a princípio, apenas garimpagem) há 50 anos. A importância dessa escola na evolução da mineração em Minas Gerais, devidamente registrada, está acima de qualquer questionamento. A nossa escola atende à mesma necessidade, revista e atualizada. Pode servir à Vale, mas, se conduzida adequadamente, servirá ainda mais ao Pará. Representa um dos pontos de recuo e concessão da empresa no seu contencioso com os paraenses que a têm questionado ou combatido.

Não há mata nativa na antiga unidade do Projeto Rondon em Marabá, onde atualmente funciona um núcleo de pesquisa do *campus* e nascerá a Escola de Minas. Mesmo o olhar desavisado verificará que a vegetação é completamente secundária, afetada por desmatamentos e queimadas de invasões urbanas. O projeto da escola prevê a derrubada de um dos oito hectares da área. Em volume e qualidade, nada que sustente restrições ao empreendimento em linguagem da razão. De tudo o que foi dito contra a iniciativa, o único argumento plausível é aproveitar o momento para instalar o *campus* numa única área, que seja capaz de abrigar suas previsíveis expansões, tirando-o da divisão atual, em duas áreas isoladas.

Tudo bem. Mas será que não se estará dando à Vale a ocasião que sempre favorece o ladrão? Mesmo fazendo uma revisão do projeto e discutindo-o em circuito mais amplo, para colher idéias e corrigir eventuais erros, seria insensatez colocá-lo em risco dessa maneira. Significaria expô-lo a ameaças, incomparavelmente mais graves, como não qualificar paraenses (nativos ou adotivos) para ocupar posições mais elevadas na hierarquia funcional da Vale, não criar saber local em mineração e não colocar ao alcance da opinião pública uma competência específica do Estado para atuar em momentos críticos, como os que periodicamente temos vivido na nossa relação conflituosa com a CVRD.

Questões e problemas podem e devem ser suscitados. Mas os que apareceram na grande imprensa com o estardalhaço de uma *cause célèbre* são produto de uma visão distorcida ou míope. Transformaram em principal o que é acessório e ameaçam atirar para as calendas gregas o que é uma das plataformas mais significativas da luta por um setor mineral mais de acordo com os interesses do Pará.

Lacuna

Como gerente em Belém da Companhia Vale do Rio Doce, o castanhaleense David Leal fez do pisar em ovos uma fé de ofício. Era o representante de uma típica empresa forânea, metropolitana, que gosta de ditar regras e ordens e ser reconhecida como a maior. Ao mesmo tempo, procurava ouvir e interpretar a voz da maltratada planície.

La e vinha com discrição, mas levando nas mãos coisas concretas, não nariz de cera, balões de ensaio ou cartola de mágico. Durante todos esses anos, David foi um interlocutor leal (com perdão do trocadilho) ao seu patrão e sincero com os porta-vozes da sociedade. Acomodou o que pôde o quanto pôde. Muitas vezes trabalhando sozinho, dividindo um conjunto de salas com estagiários, no que restou da representação da CVRD depois que a empresa se desvencilhou da primeira sede, em um prédio de seis andares todo seu.

Quando parecia que sua intermediação seria mais requisitada, em mais uma fase de atritos da empresa com a opinião pública local, David foi chamado de volta pela Vale ao Rio de Janeiro, seguindo destino que nós, do lado de fora, ainda não sabemos qual será. Qualquer que venha a ser a sua direção, certamente ganha a empresa com esse ato, para o bem ou para o mal. Quanto a nós, seguramente não.

Discreto quando convinha e ostensivo quando necessário, David Leal dava a essa empresa de perfil cada vez mais metropolitano um toque paraense. Sua retirada do escritório de Belém diz mais, no contracanto ao discurso, do que a atual campanha promocional da empresa.

A data de Charles Wagley:

Duas datas importantes para a Amazônia estão passando em brancas nuvens: os 90 anos do nascimento do antropólogo americano Charles Wagley e os 50 anos da publicação do principal livro que ele escreveu, *Amazon Town (Uma Comunidade Amazônica – estudo do homem nos trópicos*, na tradução brasileira de Clotilde da Silva Costa), um dos merecidos clássicos da bibliografia amazônica.

Tanto a vida quanto a obra de Wagley têm importância para nós. Brilhante aluno de Franz Boas nos Estados Unidos, ele trouxe em sua bagagem uma novidade sobre o conhecimento humano, a Antropologia Cultural, formulada por seu mestre, quando veio participar do esforço aliado de guerra, incorporando-se em 1942 ao legendário Sesp (Serviço Especial de Saúde Pública), cujos escombros hoje se abrigam sob a sigla da Funasa.

Na companhia de um discípulo brasileiro tão brilhante quanto ele fora de Boas, o carioca Eduardo Galvão, Wagley transitou entre as comunidades aculturadas de caboclos e os índios, registrando seus modos de vida e suas relações com o mundo exterior no estilo dos melhores intelectuais: texto elegante e observações comprometidas com suas ferramentas teóricas de observação e com a melhoria das condições de vida de seus objetos de estudo.

As relações entre Wagley e Galvão, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, no meio da selva ou nos gabinetes da academia, constituem um dos momentos mais ricos da história cultural brasileira do século passado. Escreveram livros que resistem à deterioração do tempo como testemunhos de época e referências permanentes para a compreensão do passado, do presente e do futuro desta enorme e maltratada fronteira.

Através da leitura de *Amazon Town*, lançada no Brasil três anos depois da edição norte-americana, pode-se penetrar numa comunidade nativa da foz do rio Amazonas (rebatizada como Itá), descobrindo seus segredos e percebendo suas relações sociais, tendo o autor como guia percuciente. Mas não se trata apenas de um excepcional estudo de caso ou um *survey* bem afinado. Graças ao seu poderoso equipamento intelectu-

al e a sensibilidade para com os dramas humanos, Wagley não apenas produziu um clássico das ciências humanas, de igual valor aos que Bates e Wallace extraíram das brenhas tropicais para as ciências exatas um século antes, mas uma referência indispensável para entender o passado e o presente da Amazônia, um guia de inquietações e sugestões para antever seu futuro, melhor do que ele se encontra delineado.

Entre as décadas de 40 e 50, quando viveu e pesquisou na Amazônia, e a de 70, quando a reviu para uma nova apresentação do seu livro, Wagley se defrontou com a maior de todas as novidades surgidas na região, de efeitos literalmente devastadores: as chamadas estradas de integração nacional. Como ele observou no prefácio à segunda edição brasileira de *Uma Comunidade Amazônica*, lançada mais de duas décadas depois da primeira (o que dá uma medida da nossa fragilidade editorial), as estradas, além de meio de transporte, eram um poderoso agente de cultura e civilização, ou de incultura e incivilidade, conforme a ótica.

Se, por um lado, essas rodovias significavam “a queda da última barreira mundial à circulação de automóveis e caminhões de transporte, e a conexão com as principais artérias de tráfego do Brasil”, Wagley não podia deixar de também salientar que “um dos mais delicados sistemas ecológicos do mundo, a floresta pluvial amazônica, se acha agora em perigo. Ver-se-á toda a intensidade de vida da região amazônica transladar-se do grande sistema fluvial para as proximidades das rodovias; ao invés das várzeas dos rios, ocupar-se-á a terra firme”. Ainda que nas várzeas estejam “as terras férteis, pois, anualmente, recebem o limo dos rios, enquanto a terra firme é geralmente pobre para a agricultura”, o novo eixo de

conquista era rasgado nas desconhecidas terras altas, atraindo para elas uma intensa migração.

Depois dessas transformações, a Amazônia nunca mais seria a mesma. O problema estava não na mudança em si, elemento constante na história dos homens, mas na mudança para pior: “Devo admitir que Itá mudou mais do que eu podia imaginar. Essa mudança, porém, não se operou da forma como eu imaginava”, confessa Wagley. Ele não gostaria que de seu prefácio de 1975 emanasse um odor pessimista, mas, aos 62 anos, depois de três décadas de envolvimento com a região, mesmo com seus modos delicados, preocupado em não ferir suscetibilidades entre seus conterrâneos adotivos, via-se obrigado a admitir que se sentia desanimado: “de fato, até com receio. Parece-me que o Brasil está tentando mudar a Amazônia mais com espírito patriótico do que com o verdadeiro planejamento científico”.

A constatação, válida ontem como hoje, a partir do relacionamento do que os homens fazem na Amazônia e do que a ciência lhes recomenda fazer. Essas são duas paralelas aparentemente condenadas a seguir até o infinito. De um lado, a irracionalidade do processo de ocupação, não só desviado das terras férteis para os solos inconsistentes, com sua cornucópia de efeitos perversos, mas também produto da diretriz da ação: “O objetivo a longo prazo é a cultura de exportação, não a ocupação da terra”, no sentido da fixação do homem à região de forma saudável, positiva. A nova economia amazônica “tende para a continuidade do extrativismo, mas sob nova forma”. Do extrativismo vegetal a região passaria para o extrativismo mineral, do qual não resultaria benefício para o seu povo.

O verdadeiro progresso só poderia surgir a partir de uma lição da história: “Uma nova sociedade não pode nascer do nada; deve ser construída a partir de antecedentes históricos. A nova sociedade que o Brasil pretende criar na Amazônia terá por base o conhecimento que o povo dessa região acumulou durante séculos, dos tempos aborígenes ao presente”, diz Wagley, acrescentando que essa “é uma herança rica que jamais deverá ser ignorada na moderna conquista da Amazônia”.

Mas como recuperar esse saber e aduzir-lhe as contribuições do conhecimento científico se as instituições científicas da Amazônia “são débeis, em comparação com as existentes no Sul do Brasil”? Como elaborar modelos de integração do homem

uma festa para todos nós

à natureza, no momento mesmo em que a fronteira está sendo aberta, e fazer essas diretrizes chegarem e ser adotadas pelas frentes de expansão, se a ciência local é assim tão pouco expressiva?

Mesmo com os choques que sofreu ao voltar à sua icária Itá, duas décadas depois do primeiro contato, e das tristes notícias que lhe chegavam do Brasil, Charles Wagley tinha consciência de que seu livro amazônico estava acima das turbulências do mundo transitório e da cultura de ocasião. Por sua consistência (e, mais do que por ela, devido a sua estatura humana), surgira para ficar para sempre. “Ao refletir sobre o passado, sei agora que sou essencialmente um humanista; e chego à conclusão de que este foi um livro humanista com mensagem humanista”, foram suas últimas palavras do prefácio.

Permanecia esse grande humanista quando voltei a vê-lo e jantei com ele e sua encantadora esposa, a brasileira Cécilia Roxo Wagley, em sua confortável

casa em Gainesville, na Flórida, em 1984. Àquela altura professor emérito e monumento vivo, cada palavra dele devia ser sorvida e apreciada como os vinhos superiores, produzidos em longos tempos, desde a maturação da uva à temperança do líquido. Wagley se foi, mas sua obra merece ser difundida e sua memória cultuada.

Pretendi, no ano passado, passar mais um tempo em Gainesville produzindo um trabalho sobre ele, em associação com sua mais fértil extensão no Brasil, Eduardo Galvão, com quem tive longas conversas no Museu Emílio Goeldi. Marianne Schmink e Charles Wood, duas outras marcantes sementes resultantes da sementeira de Wagley, aderiram de pronto à idéia. Mas as misérias plantadas no caminho de um jornalista crítico na Amazônia me impediram de voltar ao oásis que o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida tem representado na minha vida.

Frustrado o projeto, ao menos por enquanto, aguardo que alguém lembresse do cinquentenário de *Amazon Town*. Finalmente, a última edição do caderno *Fim-de-Semana*, da *Gazeta Mercantil*, quebrou o silêncio desconfortável. Mas o artigo escrito por Rodolfo Guttilla, diretor de assuntos corporativos da Natura Cosméticos, ainda não é o registro que o livro merece. Mesmo que a data não alcance seu eco merecido, o leitor mais inteligente pode fazer sua festa sozinho. Desde que consiga encontrar, em algum sebo, remanescentes das três edições que essa grande obra teve até agora entre nós. Vai descobrir então porque *Amazon Town* é valioso para nós. Tão valioso quanto para qualquer cidadão do mundo interessado em saber o que acontece quando o homem devassa uma área nova do planeta. Charles Wagley falou da Amazônia para o mundo inteiro. Raros conseguiram alcançar semelhante auditório.

Tristeza e esperança na região de Marabá

Há 25 anos uma fundação dirigida pelo biólogo Noé Atzingen “descobriu” um paraíso da natureza às proximidades da devastada área de influência de Marabá, onde ele mora. Nos 20 mil hectares de hectares do complexo Serra das Andorinhas/Martínrios, há 113 sítios arqueológicos, mais de cinco mil gravuras rupestres, atestando a presença do homem na região há pelo menos oito mil anos, oito ecossistemas diferenciados, 212 espécies de árvores de grande porte e uma paisagem propícia ao ecoturismo, além da educação ambiental. Também possui sua importância histórica: foi palco da guerrilha do Araguaia, além de mote para um ciclo de lendas no caminho do sertão árido para a floresta luxuriante.

Sete anos atrás o governo do Estado incorporou a luta de Noé, o equivalente marabaense do nosso Camilo Viana (com o adendo da formação acadêmica em biologia), criando o parque ecológico Andorinhas/Martínrios. Da presença governamental o que se manteve por uns dois anos foi a placa. Mas nem ela mais existe. A área começou a ser depredada. Em fevereiro deste ano Noé, disposto a fazer gratuitamente um

projeto de educação ecológica na área, enviou um documento ao governo estadual. Não recebeu sequer uma resposta.

As árvores, como indivíduos e população, não têm tido vez no sul do Pará. Noé assistiu à destruição da castanheira, uma das mais belas, úteis e valiosas espécies da região, com concentração no polígono de Marabá. Hoje, restam 10% delas. Mas a permissão para a derrubada de castanheiras por aqueles que se comprometem a plantar mudas pode ser o golpe de misericórdia. Já inexistente enquanto ecossistema, a castanheira pode simplesmente ser extinta porque o governo não terá condições de controlar e fiscalizar a permuta de árvore real, em pé, pela promessa da muda compensatória.

Noé ainda luta pela árvore, mas acha que é uma luta perdida. Seu pronunciamento durante o seminário promovido pelo Ibama de Marabá, no início do mês, teve o tom do desabafo e do protesto. Na mesma manhã, mais três pessoas com extenso currículo de lutas subiram à mesa do auditório da secretaria municipal de saúde para apresentar seu diagnóstico da situação, oferecer alternativas para corrigir os erros acumulados e conchamar à manutenção da luta. Não

conseguir reprimir, porém, um certo sentimento de derrota.

Mas não de niilismo ou prostração. Um desses lutadores é o marabaense Ademir Martins. Ele é o novo gerente para a região sul do Pará, a mais explosiva de todas no país. Começou seu trabalho deixando de lado a face policialesca (necessária, mas freqüentemente distorcida e mal usada) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Apostou num seminário para levar a seus companheiros de instituição e ao público geral questionamentos, depoimentos e sugestões de inúmeros expositores.

A aposta pode ter dado certo: um auditório que chegou a abrigar 400 pessoas, onde só caberia pouco mais da metade, acompanhou com atenção e interesse as palestras e debates. Ao final dos três dias não restou a ilusão de que mudar a triste situação da região é fácil. Mas ninguém poderá cruzar os braços achando que a tarefa é impossível. O avanço ainda é pequeno, mas é o suficiente para não perder a conquista alcançada e insistir em querer mais, muito mais.

Os bwanas do sul e os nativos silentes

Mesmo quando tentam ser solidários com seus irmãos nortistas, certos intelectuais sulistas não conseguem livrar-se do sentimento de superioridade que viver na parte mais moderna e rica do país lhes incute. A arrogância, combinada com o preconceito, acaba ditando alguns de seus atos falhos.

Foi novamente a essa constatação que voltei enquanto ouvia o economista Luciano Coutinho falar, na semana passada, no auditório da Assembléia Legislativa. Ele fazia uma exposição sobre o trabalho de consultoria que estava prestando ao Estado, auditando o estudo sobre a localização da fábrica de placas de aço projetada pela Companhia Vale do Rio Doce, com participação majoritária de sócios chineses.

Depois de dizer rigorosamente nada, Coutinho, um dos economistas da Unicamp, a famosa universidade paulista, declarou, quando questionado sobre a existência do estudo de viabilidade econômica do empreendimento, que está provocando uma guerra entre Pará e Maranhão para receber a siderúrgica em seu território, respondeu quase parodiando a letra daquela música famosa: se o estudo

existe, não sei, não vi e não posso dizer se vai ser feito.

Olhei em torno: todos, no auditório lotado (com a inacreditável presença de 39 parlamentares) e nas galerias, continuavam impassíveis. Não se alteraram com as palavras do dono da Macrotempo Consultoria. Mas eu estava indignado. Levantei-me e fui embora. Luciano Coutinho parecia julgar que os nativos ainda estão na idade da pedra. Podia dizer aquela sandice sem o risco de ser botado para fora da tribuna. Eu não era dono da casa. Por isso fui respirar ar puro lá fora e não voltei para o resto da sessão.

Era evidente que Coutinho fugia de todas as questões incômodas. Um deputado mais ingênuo sentou-se ao meu lado para ouvir minha opinião. Eu achava que o consultor podia antecipar o resultado da análise sobre a localização da fábrica? Poder, talvez até pudesse. Mas não o faria. Ele foi contratado por quatro meses (até 11 de julho). Antecipar qualquer coisa podia equivaler a denunciar unilateralmente o contrato, talvez perdendo dinheiro. Rasgar dinheiro equivale, inquestionavelmente, a assumir o título de louco, o que o distinto professor não é, claro.

Como levar a sério um trabalho de acompanhamento dos estudos realizados pela Natrontec se ambos, o de definição do local da siderúrgica e o de crítica, estão sendo pagos pela Companhia Vale do Rio Doce? Será que o governo não tem um dinheirinho na algibeira para assegurar a efetiva independência e autonomia dos seus consultores? Quem os indicou? Ou será que eles foram escolhidos por terem igualmente boas relações com o governador (que estudou na Unicamp) e ao presidente da CVRD, Roger Agnelli?

Ainda que tudo tenha sido feito com lisura e o honesto propósito de acertar, inaceitável é essa promiscuidade. No passado, a Vale já posou de bom-mocismo, assumindo serviços prestados ao Estado, como o estudo dirigido por Eliezer Batista e Raphael de Almeida Magalhães. O resultado foi píffio. Mas agradou, mesmo que por baixo dos panos, as duas partes. Quanto ao distinto público, bom, a este apenas é apresentada a conta, ou a história oficial. Como fará, no próximo mês, o senhor doutor Luciano Coutinho, certo, no íntimo, de ter deixado miçangas e lantejoulas para os nativos – agradecidos, aliás.

Histórias da bauxita

A mineração de bauxita do Trombetas vai começar um quarto de século depois do empreendimento pioneiro desse setor, o da Mineração Rio do Norte, no Trombetas. Entra em linha exatamente como um projeto complementar, não pelas características excepcionais do depósito mineral. Paragominas tem mais minério do que o Trombetas, da mesma qualidade.

Mas o acesso às jazidas localizadas no município de Oriximiná estava mais coerente com o porte da exploração. Rios capazes de abrigar navios transoceânicos, como o Amazonas e o Trombetas, permitiriam a extração de grande quantidade a um custo muito menor do que as opções de transporte de Paragominas. Mas a capacidade de escoamento do Trombetas chegou ao limite, depois que a MRN multiplicou por quatro o seu nível de produção, que agora chegou a 16,3 milhões de toneladas.

Através da Mineração Vera Cruz, que adquiriu do grupo inglês RTZ, a Companhia Vale do Rio Doce vai começar a produzir no Trombetas, dentro de dois anos, numa escala de quase um terço do que produz a MRN, da qual também possui o controle acionário. Tudo o que sair dessa segunda zona mineradora de bauxita do Pará será destinado à Alunorte, que está batendo seguidos recordes na produção de alumina, insumo para o alumínio da Albrás, que evolui para consolidar sua posição de maior produtora do continente, oitava maior do mundo.

Números grandiosos de uma situação que muda rapidamente para permanecer a mesma: enormes escalas de produção, negócios feitos em amplitude internacional, e nós, supostos donos e declarados beneficiários das riquezas, vendo as cenas transcorrerem diante de nossas retinas sem entender o que acontece. Frequentemente, aliás, sem ver um palmo além do nariz.

Carta

Eduardo Lauande retransmitiu-me a seguinte carta, que endereçou ao prefeito de Belém, autorizando-me a publicá-la.

Caro amigo Edmilson Rodrigues,

Li no *Jornal Pessoal* que tu proibiste a participação do meu amigo Lúcio Flávio Pinto num debate patrocinado pela Prefeitura de Belém.

Isso mais uma vez causa-me indignação!

Teus posicionamentos, vira e mexe, deixa-me a sensação que veio à luz foi o quadro de miséria intelectual que grassa e ainda impera em nossa sociedade paraense na continuidade da repressão à cultura e de autoritarismo político.

Assim como o *reacionário* Orçamento Participativo do teu governo, tu tens mais uma no teu currículo de ocorrência autoritária contra a sociedade. Que tristeza!

Apesar dos pesares, aquele abraço do seu amigo,

Eduardo Lauande

A exposição do ano, assinada pelo alcaide

“Marés do Céu”, a exposição de 71 desenhos de Edmilson Rodrigues, foi o acontecimento do ano nas artes plásticas em Belém neste ano. Nada menos que 341 pessoas compareceram ao *vernissage*, no dia 27, no Mabeu (Museu de Arte Brasil-Estados Unidos). Já na abertura, 15 obras foram vendidas, no valor de 14 mil reais. Se todo o conjunto fosse comercializado, a renda da exposição seria de 74 mil reais. Por decisão do artista, essa receita será destinada ao Projeto Solar dos Sons, através do qual a prefeitura procura desenvolver artisticamente os filhos dos feirantes do Ver-o-Peso.

Por esse ângulo, a iniciativa merece todos os louvores. Mas será que realmente estamos diante de verdadeiras obras de arte, que mereceram tantos elogios num catálogo luxuoso, dos melhores já concebidos e impressos para uma exposição no Pará (comercializado a R\$ 10 o exemplar)?

O público e os avalizadores da exposição parecem responder afirmativamente. Cada desenho foi oferecido numa média de preço alta para os padrões locais: pouco mais de um mil reais. Há trabalhos, porém, de R\$ 2 mil. Um desenho a caneta Bic (ao que parece, o *dérnièr-cri* da criação pós-moderna paraoara), com 5 por 10 centímetros, foi avaliado em R\$ 500. Por esses valores, Edmilson Rodrigues é o *crème de la crème* das artes plásticas paraenses.

Se essa promessa se confirmar em futuras exposições, o empresário Carlos Nascimento, concessionário municipal do serviço de lixo, terá feito um bom investimento: ele pagou R\$ 5 mil por quatro desenhos de Edmilson, formando o maior acervo da exposição. Mesmo sendo ainda a primeira do novel artista, a mostra inaugural já incluiu entre suas obras uma que foi extraída do “acervo de Vera Rodrigues”, precursora, certamente, do estouro que se avizinha. Sintomaticamente, todas as vendas foram efetuadas no primeiro dia, à vista do público, com a devida recompensa na repercussão.

Não há dúvida que o arquiteto Edmilson Rodrigues sabe desenhar. Seus trabalhos atestam o domínio dos mecanismos básicos dessa técnica. Se ele fosse um estudante secundarista, sua exposição faria sucesso em seu colégio e ele estaria credenciado a receber a aprovação de seus mestres. Mas, aos 45 anos, a bitola do grafismo não deixa dúvida de que falta a esse desenhista o sopro da criatividade e inventividade do verdadeiro artista. Não porque ele já esteja na fase da alta maturidade, vítima de um bordão preconceituoso (segundo o qual papagaio velho não aprende a falar). Mas porque tentou ser artista e não conseguiu.



O trabalho mais antigo da exposição, de 1980, documenta esse esforço: anônimo professor então, conhecido apenas no círculo profissional e pessoal, Edmilson tentou experimentar as tintas e tentar o abstracionismo. A intenção do artista nesse trabalho único é tão nítida quanto seu insucesso. A partir daí, ele parece ter aceitado que seu universo se circunscrevia ao traço, com a ajuda de ferramentas mais ajustadas aos seus recursos. Na exposição, do período de criação de Edmilson entre 1980 e 1996, quando ele se elegeu prefeito de Belém pela primeira vez, aparecem apenas oito trabalhos. Do período 2001-2003 foram selecionados 44 trabalhos. Em quatro meses deste ano o arquiteto-artista produziu 16 obras aproveitadas na mostra.

A conclusão óbvia dessa cronologia é de que a dimensão da exposição deve-se menos às qualidades intrínsecas do artista do que à circunstância de estar ele revestido da autoridade de prefeito da capital paraense. Áulicos, fornecedores, empreiteiros, subordinados e, claro, também amigos se sentiram no dever de multiplicar por várias vezes os méritos do desenhista para que sua fundação se tornasse um marco publicitário e político. Nada de novo: assim funcionam as cortes.

Mas, benefício social à parte pela destinação altruística da renda da exposição, ela tem dois efeitos danosos. Levado a crer na consistência de sua veia artística, o prefeito vai expandir o hábito de produzir em solenidades públicas a que comparece, ignorando os preceitos da cortesia e da educação que a co-habitação na mesa oficial lhe impõe diante dos demais, inclusive do público. Enquanto o vizinho se esgoela, ao seu lado o prefeito-artista se põe a desenhar “em momentos de profunda reflexão”, conforme atesta Márcio Meira no catálogo da exposição.

Incorporando as vestes de artista de ocasião & estalo, Edmilson faz questão de apontar nos seus trabalhos o momento da fecundação. Um desenho foi traçado durante o seminário de prefeitos do PT, no dia 26 de janeiro do ano passado. Nesse mesmo dia, mas já no escritório do senador Jorge Viana, a fecundidade obrou outro desenho (cotado em R\$ 1,6 mil). Melhor resultado ainda alcançou o artista com um desenho a Bic do rosto de um índio (*leitmotiv* da obra), garantido em junho de 2001, que subiu na bolsa para R\$ 2 mil. Valor atribuído a desenho que veio ao mundo em qualquer dia de 2001, durante encontro sobre educação infantil.

O outro efeito lesivo desse sucesso de encomenda é sobre a própria arte e os incontestáveis artistas. Como seria uma exposição de Edmilson Rodrigues sem as luzes da prefeitura? Quanto valeriam seus trabalhos sem seu título poderoso? O que diriam deles os críticos, se crítica para valer ainda houvesse em Belém? Numa época em que prevalecem as unanimidades coniventes, o desenho escolar de Edmilson Rodrigues vira boa arte e a ginkana de fonemas de Salomão Laredo se torna façanha literária.

O cenário me faz lembrar de *Jean-Christophe*, o romance através do qual Romain Rolland nos fez entender como, de uma alta civilização como a alemã, surgiria o nazismo, com um momento fugaz de ilusão em Weimar. Mas neste jornalzinho, não, gabiru: aqui, o prefeito produziu desenhos escolares e Laredo, pastiches. Um se valendo do seu cargo, outro do seu encosto jornalístico.

Um dos momentos de maior felicidade na minha vida foi, em 1990, ir à exposição do bicentenário de Van Gogh, em Amsterdam, e dar, logo na entrada, com todas as cartas que ele escreveu para o irmão, Theo, integralmente enfileiradas nas paredes como se fossem telas. Ler diretamente aquelas cartas fascinantes e saborear os desenhos do artista, que ocupavam boa parte do papel como vinhetas de um fabuloso processo de nascimento de um dos maiores artistas da história humana, me encheu de tal admiração por esse processo da gestação da grande criação que me sinto na obrigação, em defesa desse prazer e dessa ventura, de desejar ao desenhista Edmilson Rodrigues um silêncio fecundo até a próxima exposição. Se possível, criando junto com a melhor das mestras: a solidão do eu. Não, de forma desabusada, em solenidades públicas para as quais foi convidado em função do seu cargo e não da sua pessoa.

Restaurante

Quem fosse ao bar do Avenida Hotel, na Presidente Vargas (ainda 15 de Agosto na época), em 1953, podia usufruir as qualidades do “mágico da cozinha e dos filés”, como se apresentava ao público o cozinheiro do “restaurante diferente da cidade”: “Em Belém, na capital, não há igual”, proclamava o rimado anúncio. O funcionamento ia de oito da manhã à meia-noite, sem parar. Como nas grandes cidades.

Carnaval

A Uecsp (União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Pará) se orgulhava das festas de carnaval que promovia. A “Noitada Carnavalesca” de 1954 foi realizada na segunda-feira gorda, “nos amplos salões do Jockey Clube do Pará, à avenida

São Jerônimo, 130”, com início às 10 horas da noite. Na convocação aos foliões estudantis, o presidente da entidade, Irwaldyr Rocha, advertia: “Será expressamente proibido o uso de lança-perfumes”. Pois sim.

Livraria

A Livraria Dom Quixote começou sua existência, em janeiro de 1960, agitando os arraiais intelectuais de Belém com três sucessivos lançamentos de livros. Depois de um livro de contos do cônego Apio Campos, foram os romances “Marabá”, de Líbero Luxardo, e “Terra Molhada”, de Cândido Marinho da Rocha. Três autores, três livros. Nada de ginkana de Hércules ao tucupi, com seus 12 livros.

A livraria, fundada pelo escritor e jornalista Haroldo Maranhão na galeria do

Palácio do Rádio, tornou-se um frequentadíssimo ponto de encontro. Nela, além de disporem de livros escolhidos com bom gosto e inteligência, os intelectuais não suavam. Foi a primeira livraria com ar condicionado de Belém.

Carteiras

O deputado federal paraense Gabriel Hermes Filho e o senador paulista Lino de Matos foram os grandes prejudicados durante a recepção a Jânio Quadros, no aeroporto de Val-de-Cans, em janeiro de 1960. Punguistas “bateram” as carteiras dos dois parlamentares. O paulista, da comitiva do presidente eleito, tinha 19,7 mil cruzeiros na carteira, além de fotografias da esposa e da carteirinha de reconhecimento do Palácio Monroe, onde funcionava o parlamento, no Rio de Janeiro. Do paraense, nada foi dito. Não por acaso.

COMO TRANSFORMAR EM NOVOS LUCROS O SEU IMPÔSTO DE RENDA

(Comece por NÃO pagar LEGALMENTE a metade do Imposto devido)

A Lei 4.215, de 8 de maio de 1963, estoca em sua massa dinheiro “barato”, praticamente como se lhe fosse diário, contando que você o investe na Amazônia. Para isso, basta depositar 1/2 metade do que você pagaria de Imposto de Renda no Banco de Crédito da Amazônia S.A., dentro de 3 anos, empregando no que melhor lhe convier naquela região, num projeto que você mesmo fará e sua prática apenas por a aprovação da SPVEA. Como ali há uma vastíssima reserva de terra e de climas (5.025.608 km²) que se estendem desde a planície molhada do vale do Grande Rio as alturas da Parícuta e do Pico da Neblina (o mais alto do Brasil), e uma quantidade incalculável de recursos vegetais, animais, minerais e de todos os gêneros, não lhe será difícil escolher a atividade que transformará em bons lucros o imposto de Renda que você não precisa pagar. Você poderá dizer que a Amazônia é muito longe. Pare agora. Corre a Belém-Brasília, cujo assaltamento o programa planejado do Governo Federal à Amazônia este fim parte do São Paulo ou do Rio de Janeiro quanto o Rio Grande do Sul ou Oeste Matogrossense. E para a importação ou para a exportação, a Amazônia possui os portos e aeroportos mais próximos dos grandes mercados mundiais. Na Paz Social na Amazônia, desde o Aracá e Belém ao Acre e Pôrto Velho, na fronteira do Pará ao Oeste do Mato Grosso, e organizações governamentais, como a SPVEA e o Banco de Crédito da Amazônia S.A., para ajudar sua indústria a se desenvolver.

Paga ao Banco de Crédito da Amazônia S.A. em sua sede ou em qualquer de suas 49 agências em todo território nacional, uma quantia correspondente ao seu INVESTIMENTO PRIVILEGIADO NA AMAZÔNIA.

Desde o momento em que você aplicar ou depositar para receber todos os benefícios legais e econômicos de Renda e de produção de lucros, de acordo com o que se lhe oferecer e o objetivo de projetos industriais.

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S.A.

SEDE: Instituto Financeiro Guanabara, Rio de Janeiro.
AGÊNCIAS: Belém, São Paulo, Manaus, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Recife, Fortaleza, Aracá, Belém, Pôrto Velho, Manaus.

PUBLICIDADE

Campanha pelo capital

Um ano antes de trocar de sigla e de política, o Banco de Crédito da Amazônia (que começou como Banco da Borracha, durante a Segunda Guerra Mundial, e se transformaria em Banco da Amazônia, o atual Basa) fez uma campanha de propaganda, em 1965, para atrair investimentos para a região. Prometia ao capitalista uma boa taxa de lucro se decidisse entrar no negócio.

Podia começar não pagando metade do imposto de renda devido. Ao invés de recolher o dinheiro na toca do futuro leão da Receita Federal, podia depositá-lo em uma das 49 agências que o BCA possuía em todo o território nacional. Três anos depois o dinheiro seria liberado em favor do empreendimento que o próprio investidor elaboraria, submetendo-o à aprovação da Spvea (a antecessora da Sudam, que surgiria também em 1966) e do banco.

O anúncio, dirigido aos optantes potenciais de fora da Amazônia, lembrava que desde a construção da Belém-Brasília, seis anos antes, pronta para ser inaugurada por ser obra prioritária do governo federal (ah, as prioridades oficiais!), a Amazônia estava tão distante do centro mais moderno do país quanto o Rio Grande do Sul ou o Oeste Matogrossense. Além de dispor de “uma quantidade incalculável de recursos vegetais, animais, minerais e de todos os gêneros”, a Amazônia apresentava um atrativo especial: nela havia “Paz Social”, avalizada pelo governo forte, recém-instalado no país.

Jóquei

O restaurante, o bar e a boate do Jóquei Clube do Pará, que funcionavam na avenida Governador José Malcher (a São Jerônimo de então), reabriram, em janeiro de 1960, sob a direção de um novo concessionário, Miroslav Koudela. A entrada era livre para os sócios “e também para outras pessoas de nível social compatível com o Clube”. Haveria almoços nos sábados e domingos. Em todas as noites seriam servidos jantares à beira da piscina, no salão do restaurante ou na boate com ar refrigerado (detalhe muito valorizado na época). Todos os sábados haveria feijoada à carioca, mas também pratos regionais.

Para colocar em atividade a seção de confeitaria, o concessionário contratou um confeitoiro-mestre em São Paulo. A piscina funcionaria de segunda até quinta-feira, de 14 às 18 horas; aos sábados e domingos, de 10 às 18 horas. Ficaria fechada todas as sextas-feiras

Vassourada

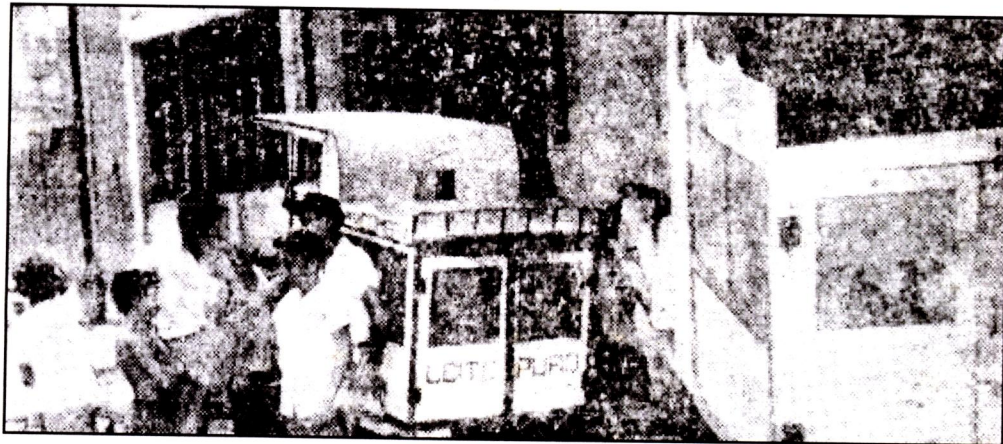
A aristocrática Assembléia Paraense foi atropelada, no início de 1961, pela decisão do então presidente Jânio Quadros, em pleno ímpeto moralizador, se cancelar todas as rifas e sorteios no território nacional. O clube teve que sustar a venda de bilhetes do sorteio de um apartamento no prédio onde instalou sua sede social. Num comunicado, a AP anunciava que estava elaborando “o esquema de devolução das importâncias correspondentes aos bilhetes vendidos, na hipótese de ser confirmada oficialmente aquela deliberação”.

Foi-o.

Faciola

Poucos se deram conta quando mais uma das belas lojas do “fastígio da borracha” desapareceu, em 1963. Também, quase não havia mais livros na Livraria Maranhense, num dos prédios mais sofisticados da rua Conselheiro João Alfredo, a antiga (e agora em ensaio de renascimento) da “via dos mercados”. Sem sua mercadoria natural, o vazio das estantes era escondido através da decoração. Apesar da sofisticação das instalações, o ambiente era de franca decadência.

Mas foi com sua bem sortida livraria (mais uma gráfica nos fundos), sua conversa afiada, seus modos elegantes, seu tirocínio e várias habilidades, inclusive ao piano, que o maranhense Antônio Faciola fez fama e fortuna. Construiu a primeira mansão no errático bairro do Marco (da légua). Provocou inveja nas mulheres com



FOTOGRAFIA

Tem água no leite

Uma das brincadeiras mais diabólicas da nossa época de moleques em Belém era sair atrás das carrocinhas de leite e imitar o som da sirene do carro de bombeiro. Era o bastante para o patrício descer do seu posto, no controle da carrocinha, e correr atrás da molecada com o chicote estalando. O medo era grande, mas quando já estávamos fora do raio de alcance do leiteiro a sensação de triunfo era maior.

Para a minha geração, essa era a relação mais saudável que tínhamos com o leite. A reação ao consumo começava a surgir na hora de ferver o produto. Aquele inconfundível odor das impurezas anexadas ao líquido da vaca nos fazia preferir outro tipo de bebida. Claro que havia também leites bons, mas, como mostra a foto, de uma blitz da Secretaria de Saúde numa das muitas vacarias que havia no perímetro urbano de Belém, em 1961, essa não era exatamente a regra.

Contudo, era agradável ver as carrocinhas, puxadas a cavalo, surgirem com a aurora da manhã pelas ruas da cidade. Aos moleques, o que importava não era o suposto saudável líquido guardado na parte traseira do veículo, em vasilhames metálicos, mas o distinto cocheiro da vanguarda. A sugestão de que o conteúdo transportado tinha mais de água do que recomendava a boa técnica, feita através da imitação do som dos bombeiros caçando incêndios, provocava efeito quase imediato na maioria das circunstâncias. A molecada apostava que o patrício era espoletado o suficiente para sair atrás do atrevido.

Bons tempos em que esse era o máximo de risco que se corria na aventura.

diamantes enfiados nos dedos. E se impôs aos pares como prefeito da capital. Quando a Livraria Maranhense se foi, não houve maiores registros do que representara. O passado já era passado.

Secretariado

Secretariado que tomou posse com o governador Aurélio do Carmo, em 1961: José Maria Mendes Pereira, na chefia de gabinete; João Augusto Corrêa, oficial de gabinete; 1º tenente Durval Nogueira de Sousa Filho, assistente militar; 2º tenente Eládio Nogueira Lima, ajudante de ordens; Péricles Guedes de Oliveira, Secretaria de Interior e Justiça; Waldemar Guimarães, Secretaria de Finanças; Evandro do Carmo, Segurança Pública; Arnaldo Moraes Filho, Secretaria de Governo; Amílcar Carvalho, Saúde; Benedicto Monteiro, Obras; Américo Silva, Produção; Antônio Lobo, Departamento de Estradas de Rodagem.

Devastação

Denúncia feita em 1961: árvores de ucuúba e andiroba estavam sendo postas abaixo no vale do rio Tocantins e levadas para serrarias de Belém e Mosqueiro, onde eram transformadas em tábuas para caixas leves. Além da devastação, havia uma perda econômica na operação: o óleo de andiroba rendia muito mais do que na forma de madeira sólida e o preço pela ucuúba era ínfimo diante do seu valor depois de beneficiada.

O enredo não mudou muito, 40 anos depois.

Fria

O “encostado” EPS ocupava, na polícia, a função de “agente de pensão”. Conseguiu ser promovido a escrivão. Já no cargo, redigiu, em 1966, um ofício solicitando a remoção “de um cadáver que falecera”. Não conseguiu a remoção, mas ficou famoso. Não exatamente por sua inteligência.

Eletronorte: um passivo de 30 anos

No dia 20 a Eletronorte completará 30 anos. Nasceu em Brasília para construir na Amazônia a maior hidrelétrica inteiramente nacional. Permanece com sua sede em Brasília, enquanto todas as outras empresas regionais do sistema Eletrobrás se instalaram nas suas áreas de jurisdição, no Nordeste, no Centro-Sul ou no Sul do país. A Eletronorte não teve essa prerrogativa, provavelmente porque o poder central queria acompanhá-la bem de perto. Sua missão era extremamente difícil: garantir uma vasta quantidade de energia firme a uma fábrica que os japoneses projetaram instalar na Amazônia, que seria a maior do mundo.

Tucuruí e Albrás surgiram, em Tóquio, como irmãos siameses. Do parto deu notícia para o general Geisel, em Brasília, o ministro das minas e energia, o nissei Shigeaki Ueki (ironias – ou sadismo – da história?). Os japoneses financiariam um terço do custo e ficariam com um terço da energia da megasusina. Assim garantiriam montar, a 20 mil quilômetros de distância do seu território, uma fábrica que lhes supriria um terço de todas as suas necessidades de alumínio quando fechassem todas as suas próprias fábricas, inviabilizadas pela elevação do custo da energia (provocada pelo choque do petróleo dado pela Opep). O alumínio é o produto industrial que mais consome energia.

A Albrás, empresa fundada pelos japoneses e a Companhia Vale do Rio Doce, multiplicaria por quatro a produção brasileira de alumínio de então e absorveria seis vezes mais do que o consumo paraense de energia de então. Pensando melhor, os japoneses reduziram a fábrica à metade. Continuava grande, a maior do continente, mas diminuía a dependência nipônica de um único fornecedor, tão importante e incerto, sujeito a flutuações e imprevistos. Talvez por causa das preocupações de Tóquio, Brasília tenha decidido manter a Eletronorte sob rédea curta, controlando com mão de ferro o andamento dos serviços na hidrelétrica de Tucuruí, a maior obra pública de toda a história da Amazônia.

O controle não foi rígido em relação ao orçamento, que estourou várias vezes, começando em 2,1 bilhões de dólares e indo parar, em cálculo rigoroso, em uns US\$ 10 bilhões. Os japoneses, atentos a esse – digamos assim – detalhe, pularam fora da obra. Não financiaram um iene para Tucuruí, bancada integralmente pelo tesouro nacional, à base de financiamentos extorsivos e cláusulas leoninas (os franceses, além dos juros, ganharam o direito de fornecer metade das 12 enormes turbinas da usina da primeira fase). Foram aplicar seu dinheiro na primeira etapa da Albrás, fartando-se de tirar vantagem de cláusulas unilateralmente vantajosas. Para eles, claro.

Comprometido autoritariamente com a viabilização de uma empreitada de magnitude universal, vértice do maior processo de transferência industrial do século passado (que possibilitou ao Japão fechar todas as suas fábricas de alumínio sem sofrer desabatecimento, ainda ganhando na relação de troca graças ao subsídio energético brasileiro e à deterioração do valor relativo da *commodity*), o governo federal usou mão forte contra os nativos. Num dos seus gestos mais tristes, o presidente Ernesto Geisel isentou a principal empreiteira da obra, a Construtora Camargo Corrêa, do pagamento do ISS, o imposto que possibilitaria ao município (ao menos em tese) minorar as condições de vida de seus cidadãos, assolados por uma migração violenta e todas as suas seqüelas sociais.

Enquanto tudo foi feito para resolver a equação de custos do pólo de alumínio, pouco foi concedido ao usufruto local da grande obra. Os japoneses realizaram uma façanha industrial a um custo lesivo aos nossos interesses. O saldo negativo pode ser contabilizado em bilhões de dólares se quiser incluir aquela corrupção denunciada, entre quatro paredes, pelo artífice dessa aliança nipo-brasileira, o engenheiro Eliezer Batista. Numa entrevista que concedeu a duas pesquisadoras, ainda não publicada (mas divulgada por este jornal, numa exclusividade que diz muito so-

bre a vacuidade das nossas representações da opinião pública), Eliezer disse que se não tivesse havido corrupção na construção de Tucuruí, não teria sido necessário subsidiar as indústrias de alumínio (em Barcarena e São Luís do Maranhão) do Programa Grande Carajás. Esse subsídio, em vigor até maio do próximo ano, com 20 anos de duração, é de, no mínimo, dois bilhões de dólares (ou seis bilhões de reais).

A história dos 30 anos da Eletronorte representa um desafio aos paraenses. Habitantes de um Estado que contribui com 80% da capacidade de geração da empresa e 8% da produção energética nacional, o Pará precisa trazer a Eletronorte para o seu território e assumi-la. Assumi-la não por causa de uma franquia geográfica acidental, mas por direito na forma da lei e no conteúdo da competência. A primeira condição, atendida, só não se efetivou porque Brasília descumpra a lei. A segunda ainda é uma incógnita, na qual não nos envolvemos como devíamos.

No mês passado o senador Luiz Otávio Campos, do PMDB, propôs a transferência da sede da Eletronorte para Belém. Logo seu projeto esbarrou na reação mais corporativa e burocrática: o custo desse remanejamento de pessoal e da estrutura física da empresa. Comparado aos malefícios dessa localização viciada, o custo de relocar gente e equipamentos é nada se a Eletronorte perder sua condição metropolitana e colonial, além da arrogância contumaz, que nem o atual esforço de reciclagem foi ainda capaz de eliminar.

Claro que não basta (e pode até não servir de melhoria) a mudança de base da empresa. Não é só ela que precisa se arejar e adquirir viço social e regional: acima de tudo, a principal transformação precisa ocorrer na política da qual a empresa é ferramenta. Mas trazendo a Eletronorte para a Amazônia, sua região de atuação, e colocando sua sede em Belém, capital do grande Estado produtor de energia, pelo menos estaremos impedindo que ela continue a ser o que tem sido até agora: um cavalo de Tróia dentro das muralhas amazônicas.